



A juíza ignora lei e faz campanha pelo PS

Polémica Magistrada foi fotografada em ações de campanha do candidato socialista à Câmara de Albufeira com quem é casada

CARLOS RODRIGUES LIMA

A juíza Maria José Machado tem participado em várias ações de campanha do candidato socialista à Câmara de Albufeira, Fernando Anastácio. Várias fotografias da desembargadora (atualmente inspetora judicial) foram colocadas no Facebook do candidato quando, por lei, está “vedada aos magistrados judiciais a prática de atividades político-partidárias de carácter público”, segundo o Estatuto dos Magistrados Judiciais.

Em declarações ao DN, Maria José Machado disse que apenas participou em três iniciativas da campanha. E com um motivo: é casada com Fernando Anastácio. “Não fiz campanha eleitoral, apenas estive presente em três situações como mulher do candidato, porque achei que era esse o meu dever”, declarou a juíza.

Questionado pelo DN sobre a participação da magistrada na campanha eleitoral, o Conselho Superior da Magistratura (CSM), órgão de gestão e disciplina dos juízes, adiantou que o assunto será discutido hoje na reunião da comissão permanente.



Maria José Machado (ao centro) numa ação do PS em Albufeira

“Considerando os pedidos de informação e as fotos que nos chegaram por via dos senhores jornalistas, atendendo a que amanhã reúne a Permanente, no qual têm assento os senhores conselheiros residentes e o vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, e que o próximo plenário apenas acontece no dia 8 de outubro, a situação será abordada já amanhã (hoje), decidindo-se o procedimento a seguir”, respondeu o CSM a um pedido de esclarecimento feito

pelo DN. Em março de 2005, o então vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura António Santos Bernardino foi fotografado a festejar a vitória do PS nas eleições legislativas na sede socialista de Leiria.

Numa fotografia captada pelo *Jornal de Leiria*, Santos Bernardino apareceu a sorrir, com um cachecol da campanha do PS enrolado ao pescoço. O Conselho Superior da Magistratura acabou por difundir uma recomendação aos juízes.